



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Dezembro de 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Dirigentes da UFOP

Reitora

Prof.^a Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Prof. Hermínio Arias Nalini Júnior

Chefe de Gabinete

Prof. Élido Bonomo

Pró-Reitor de Graduação

Pedagogo Adilson Pereira dos Santos

Pró-Reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação

Prof.^a. Dr.^a. Renata Guerra de Sá Cota

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Profa. Sandra Maria Antunes Nogueira

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

Prof.^a Maximo Eleoterio Martins

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Eleonardo Lucas Pereira

Diretor da Escola de Educação Física (EEFUFOP)

Prof. Bruno Ocelli Ungheri

Diretor de Orçamento e Finanças

Eduardo Curtiss dos Santos

Prefeito do Campus Universitário

Edmundo Dantas Gonçalves

Coordenadoria de Comunicação Institucional

Francisco Daher

Diretor da Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

Anderson Antonio Gamarano

Coordenador do Núcleo de Tecnologia de Informação

Abelard Ramos Fernandes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Análise Técnica Pedagógica da Prograd
Marcilene Magalhães da Silva
Letícia Pereira de Sousa

Representante da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto
Narayana Tamara de Podestá

Integrantes da comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso
Siomara Aparecida da Silva
Gustavo Meirelles Ribeiro
Neide das Graças de Souza Bortolini
Gláucia Maria dos Santos Jorge



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
HISTÓRICO DA UFOP.....	8
CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	12
JUSTIFICATIVA	13
PÚBLICO ALVO.....	19
FORMAS DE INGRESSO NO CURSO.....	20
CONCEPÇÃO DO CURSO.....	20
OBJETIVOS DO CURSO.....	23
PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	25
Coordenação do Curso	26
ESTRUTURA CURRICULAR.....	27
Flexibilidade Curricular.....	29
Estágio Curricular Supervisionado.....	30
Trabalho de Conclusão de Curso.....	31
METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	35
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	42
AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	47
Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas	48
APOIO AOS DISCENTES	49
INFRAESTRUTURA contrapartida	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	51



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de *Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva* apresenta a organização curricular do curso, a ser oferecido pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mediante edital do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Sua oferta consolida o compromisso da Universidade com a sociedade que a cerca e com o fortalecimento do campo de formação de profissionais que possam atuar na Educação Especial.

DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

O curso de segunda licenciatura em Educação Especial Inclusiva atende a legislação nacional de formação de professores, no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE), para a atuação nas redes públicas. A Educação Especial Inclusiva é uma área de conhecimento essencial na atualidade, tendo em vista o paradigma de pessoas com desenvolvimento atípico, que apresentam neurodiversidades, além de pessoas com deficiências e suas implicações no contexto educacional. A presença de pessoas com deficiências, de neurodivergentes ou de pessoas atípicas nas escolas da Educação Básica demanda a formação de profissionais da educação, de forma que todo o contexto psicossocial e pedagógico escolar se estabeleça a partir de uma política inclusiva, com práticas educacionais socioafetivas, construtivistas e libertárias, respeitando-se a integridade dessas pessoas com desenvolvimento atípico.

No raio de abrangência territorial da UFOP, que ultrapassa os limites geográficos do Estado de Minas Gerais, ainda se constata importante demanda qualitativa e quantitativa de profissionais que possam compreender os fundamentos e atuar de forma inclusiva entre pessoas com desenvolvimento atípico. Estudantes com desenvolvimento atípico, tais como pessoas neurodivergentes e pessoas com deficiências passam a integrar o corpo docente das escolas públicas, portanto, é evidente a necessidade de formação de educadores, tendo em vista as transformações no contexto escolar. Essa realidade exige a atualização/formação do corpo docente com abordagens sistêmicas e metodologias educacionais inovadoras no contexto socioeducacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Nesse sentido, é necessário superar o capacitismo estrutural e atitudinal ao se conceber perspectivas inclusivas na Educação Básica em todas as instâncias do trabalho psicopedagógico associado às políticas de saúde pública e de inclusão social. Neste Projeto Pedagógico do Curso (PCC) alia-se a possibilidade de a educação intervir em diferentes campos sociais - escolas, centros terapêuticos, espaços culturais - valoriza-se a socialização de saberes e práticas e o atendimento de demandas sociais por inclusão, especialmente em Ouro Preto e região. Nesse âmbito, a formação em Educação Especial Inclusiva, com ênfase no conhecimento de pessoas com desenvolvimento atípico, visa preparar educadores para trabalhar com as perspectivas educacionais de neurodivergentes: pessoas com Discalculia, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), Transtorno do Espectro Autista, Trissomia do Cromossoma 21 ou Síndrome de Down (SD), Pessoas com Deficiências (PcDs), entre outros desenvolvimentos atípicos. Todos esses processos diversificados de desenvolvimento envolvem transtornos psicoafetivos que também devem ser observados e acompanhados na Educação Inclusiva. Esse curso visa complementar a formação de docentes, que já têm uma primeira licenciatura.

Na perspectiva da interseccionalidade as pessoas com desenvolvimento atípico estão incluídas, considerando, assim, o conjunto das minorias que estão na Educação Básica: baixa renda, pardos, pretos, mulheres etc. A formação proposta compreende a escola e demais espaços educacionais, abertos à diversidade humana e seus diferentes modos de participação e construção de processos de ensino-aprendizagem, a partir de contextos pessoais, sociais e culturais plurais.

Este PPC foi elaborado considerando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFOP, evidenciando os seguintes princípios:

- indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- flexibilização curricular;
- contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- ética como orientação das ações educativas;
- prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual.

O Projeto Pedagógico do Curso está em consonância com a legislação que rege a educação superior. Seguem alguns destes documentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Nacionais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996;
- Lei Federal nº 13.005 de 25 de julho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024;
- Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;
- Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Caderno de Educação em Direitos Humanos;
- Decreto nº 5.626/2005, que torna a inclusão de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores;
- Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- Portaria nº 2117 de 06 de dezembro de 2019, que regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de graduação presencial;
- Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação (licenciatura) - Resolução CNE 2/2019;
- Lei 14254/2021 normas que prevê assistência integral a alunos com transtorno de aprendizagem com dislexia e TDHA na Educação Básica.

Institucionais:

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFOP 2016-2025;
- Resolução Cepe nº 7488, aprova a política institucional de formação de professores da UFOP (PPL), para os cursos de licenciaturas;
- Resolução Cepe nº 7609/2018, que aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFOP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

HISTÓRICO DA UFOP

A UFOP pode ser considerada uma instituição que, ao longo de sua história, sempre esteve sintonizada com o seu tempo, projetando-se de maneira sólida para o futuro. A criação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876, constituíram as bases para o surgimento da UFOP em 1969. Dez anos mais tarde a UFOP já abrigava, também, o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), ampliando-se, assim, o horizonte de suas áreas de conhecimento e diálogo com a comunidade de seu entorno (UFOP, 2015). Posteriormente, a partir da imperatividade de indissociabilidade entre os pilares, ensino, pesquisa e extensão, bem como o fortalecimento dos mesmos, criaram-se outras unidades de ensino: o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC); o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB); a Escola de Nutrição (ENUT); o Centro de Educação a Distância (CEAD); e, mais recentemente, o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Campus Mariana, além do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) – Campus João Monlevade (UFOP, 2016).

Atualmente, a UFOP é uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Essa projeção se deve a sua singularidade nas dimensões históricas, de ensino, pesquisa, extensão, inovação e envolvimento comunitário e, sobretudo, à valorização de seu patrimônio humano: alunos, professores e técnicos administrativos em educação (UFOP, 2016, p.14-15).

Em 2012, a UFOP encerrou um ciclo de expansão iniciado em 2007, que resultou na ampliação significativa de sua estrutura física e de oferta de cursos. Nessa ampliação, foram construídos cerca de 50 mil metros quadrados de salas de aulas, laboratórios e espaços de vivência (UFOP, 2015). A UFOP atua em todas as grandes áreas do conhecimento em nível de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e inovação. A instituição busca, especialmente por meio da extensão, desenvolver atividades afins com seus diversos públicos, priorizando o diálogo da universidade com a sociedade e fortalecendo atividades culturais e artísticas.

No que tange ao ensino de graduação, seja nas modalidades presencial ou à distância, a UFOP figura entre as melhores universidades do país. A coordenação do ensino de graduação é coordenada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A PROGRAD realiza o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

gerenciamento e o acompanhamento das políticas de graduação, sendo, ainda, encarregada de administrar os processos seletivos e o gerenciamento acadêmico dos cursos de graduação.

Todos os cursos dispõem de infraestrutura adequada e de um corpo docente altamente qualificado, que lhes permite ocupar lugar de destaque no mercado de trabalho, nas avaliações externas conduzidas pelo Ministério da Educação e pelos diversos rankings organizados por instituições privadas nacionais e internacionais (UFOP, 2015).

O acesso aos cursos de graduação presencial da UFOP ocorre por meio de processos seletivos de caráter público. Sendo o Sistema de Seleção Unificada (SISU) considerado a principal forma de acesso à UFOP. O SISU utiliza o sistema informatizado do MEC, por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O processo seletivo ocorre semestralmente e a UFOP adota política de ação afirmativa que destina cinquenta por cento das vagas aos egressos de escolas públicas. A política de cotas engloba, ainda, a reserva de vagas a estudantes que, além de terem estudado em escolas públicas, apresentam baixo nível socioeconômico e se autodeclaram pretos e pardos (UFOP, 2016).

No quesito pesquisa, a UFOP está posicionada entre as melhores do país. Esse destaque é influenciado pelo volume de produção científica, boa qualificação de corpo docente, boa infraestrutura laboratorial, bom nível de qualidade do ensino, assim como pela crescente qualificação dos servidores técnicos administrativos em educação e dos apoios a projetos de iniciação científica (UFOP, 2016). Todas as áreas do conhecimento estão representadas nas atividades de pesquisa da UFOP, com predomínio de grupos na grande área de Ciências Exatas e da Terra, seguido por Engenharias e Ciências da Vida. A UFOP também se destaca pela sua relação com a sociedade, estabelecida por meio de ações extensionistas desenvolvidas por professores, técnicos administrativos e alunos, podendo citar Programas; Projetos; Cursos; Atividades eventuais de curto prazo; Atividades culturais e artísticas (UFOP, 2016). O destaque da UFOP no tema inovação dá-se pelo estímulo e promoção das políticas e ações de inovação, empreendedorismo e cultura da propriedade intelectual, seu Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo (NITE) está entre os três núcleos mais produtivos do Estado, com mais de 100 patentes depositadas e vários programas de incentivo à inovação para alunos e servidores (UFOP, 2016). No intuito de se firmar e afirmar-se como agente capaz de contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e pautada na sustentabilidade, a UFOP define sua



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

missão, visão e valores (UFOP, 2016).

Um levantamento recente realizado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAD) da UFOP em 2019, mostra que ela ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m², em 3 Campus, Campus Morro do Cruzeiro (Ouro Preto), ICHS e ICSA (Mariana) e ICEA (João Monlevade). A UFOP possui mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa. Conta, ainda, com 997 professores efetivos e 748 técnicos administrativos. Oferece 56 cursos de graduação, sendo 52 presenciais e 4 de educação à distância, 51 Cursos de Pós-Graduação e 34 Programas de Pós-Graduação. Quanto ao corpo discente, são mais de 11 mil alunos de graduação. Na pós-graduação, são 561 matrículas em programas de doutorado; 1.403 em programas de mestrado, dos quais 1161 são em mestrado acadêmico e 242 em mestrado profissional; e aproximadamente 393 matrículas em programas de especialização (UFOP, 2022a). A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi) tem a responsabilidade de coordenar, supervisionar e induzir a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações e residências médicas) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados), nas modalidades acadêmica e profissional (UFOP, 2015).

A UFOP também se destaca pela sua relação com a sociedade, estabelecida por meio de ações extensionistas desenvolvidas por professores, técnicos administrativos e discentes, conforme a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) nº 5.292, de 10 de junho de 2013 (UFOP, 2013). Entre as atividades extensionistas, podem-se citar Programas, Projetos, Cursos, Atividades eventuais de curto prazo, Atividades culturais e artísticas (UFOP, 2015).

Histórico da Escola de Educação Física (EEUFOP)

O curso de segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFOP terá como sede a EEF. Nesta unidade da UFOP tem o departamento de Educação Física e dois colegiados (licenciatura e bacharelado). Em ambas as matrizes curriculares há conteúdos e disciplinas com temas para a inclusão e para pessoas com deficiências. No corpo docente existem professores especialistas nesta temática, o que aproxima o atendimento e interesse da área da Educação Inclusiva. No ensino destas disciplinas oportunizamos visitas técnicas, atividades de extensão e pesquisas que se relacionam com a prática da atividade física dentro das escolas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

A EEF através do seu projeto pedagógico da licenciatura conta a participação de docentes de diversos departamentos da UFOP, em especial do Departamento de Educação, Departamento de Artes Cênicas, Departamento de Educação e Tecnologias e do Centro de Educação a Distância (dentre outros). É desta relação inter e trans departamento que se ampara a elaboração deste projeto.

O curso de licenciatura da EEFUFOP foi o primeiro curso de Educação Física da região, instalado no antigo CEDUFOP (Centro Desportivo da UFOP). Sua primeira turma, em agosto de 2008, acessou a Universidade ainda através de vestibular, sistema este que logo depois foi modificado pelo ENEM e hoje juntamente pelo SISU. Os primeiros concluintes rapidamente assumiram as vagas nas escolas da região levando e construindo novos paradigmas da área.

O curso de licenciatura em Educação Física da UFOP já diplomou 158 professores desde a primeira turma em agosto de 2008, e 359 diplomas enviados para emissão. Hoje estão matriculados 156 discentes na licenciatura. que se beneficiam de bolsas do PIBID e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), além das diversas bolsa de Iniciação científica, monitorias e extensão. de todos os ingressantes 281 entraram na UFOP através de ações afirmativas (dados dos registro interno).

De 2008 aos dias atuais o projeto pedagógico do curso (PPC) passou por três outras versões buscando entregar para o mercado de trabalho professores atualizados e capacitados para o ensino da cultura corporal de movimento, e atualmente para área das linguagens, corporais. Hoje, a EEFUFOP está em fase final de elaboração da versão quatro do seu PPC em licenciatura (em conjunto com o bacharelado) em entrada única através da ABI (Área de Ingresso Básico), o que possibilitará a dupla diplomação em menor tempo, cinco anos e meio.

Nas avaliações do Enade 2021 a nota média dos concluintes no curso foi 35,4, superior à média do UF, 33,8, da Grande Região, 31,0 e do Brasil, 30,0, repetindo o feito em 2017 (50,8, na UF, 44,2, na Grande Região, 44,3 e no Brasil, 44,3).

Histórico do Centro de Educação Aberta e Distância da UFOP (CEAD/UFOP)

Em 1998, a Prefeitura de Itabirito (MG) manifestou interesse em estabelecer parceria com a UFOP, objetivando graduar professores da rede pública municipal. Foram implantados, então,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

os cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura) e Matemática (Licenciatura), presenciais. Diante do sucesso do projeto, outros municípios solicitaram parcerias. Impossibilitada de atender tão significativa demanda, a UFOP buscou como referência a Licenciatura Plena a distância oferecida pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) para a formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, curso aprovado e recomendado pelo Ministério da Educação.

Assim, a UFOP, que fez convênio com a UFMT, criou o Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD), responsável pela administração e coordenação didático-pedagógica dos Programas e Projetos da Educação a Distância (EAD), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) em 12 de abril de 2000. Neste mesmo ano, foi implantada a Licenciatura em Educação Básica – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, juntamente com a criação dos Polos de Apoio Presencial de Barão de Cocais, de Nova Era e de Paraopeba, logo seguidos de outros, com o total de 88 municípios e 3.750 alunos no Estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2003, o NEAD tornou-se o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), uma unidade acadêmica da UFOP.

O CEAD oferece, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cursos a distância, de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que atendem um público amplo, em que se destacam professores da rede pública do Ensino Básico, gestores públicos, interessados advindos de demandas sociais, além de outros profissionais da Educação, para formação inicial e formação continuada.

CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

O curso atenderá principalmente aos professores e pedagogos da região próxima à cidade de Ouro Preto, o que é sustentado pelos dados e a participação de uma professora membro da Superintendência Regional de Ensino (SRE) da microrregião de Ouro Preto. O vínculo e a relação com a mesma, apresenta números da realidade regional dos municípios, escolas, professores e alunos para este curso. Esta contextualização nos afirma a necessidade de trabalharmos com o ensino a distância para conseguirmos oportunizar aos trabalhadores da educação a segunda licenciatura em Educação Inclusiva. Para este atendimento teremos quase 40% do curso a distância.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

JUSTIFICATIVA

A educação é o instrumento capaz de ampliar os horizontes, por meio da construção da cidadania, de conhecimentos e habilidades, favorecendo a formação da sociedade mais igualitária e democrática. Deve ser exercida de maneira universal, abrangendo todos os todas as pessoas, direta ou indiretamente, sem distinção indistintamente, levando em consideração a diversidade humana, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

Os princípios democráticos no Brasil, afirmados pela Constituição de 1988, apontam que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. Destaca-se que sua promoção deve ocorrer por meio da colaboração da sociedade, assegurando condições equitativas para o acesso e a permanência de todos na escola, o que se estende à Educação Especial Inclusiva. A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação (...) na rede regular de ensino, conforme inciso III do Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988)

A Resolução CNE/ CP Nº 02 (BRASIL, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de professores para a Educação Básica, estabelece orientações quanto à formação de professores na modalidade de Educação Especial. O tratamento pedagógico adequado aos educandos com necessidades especiais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) fica assegurado esse direito à Educação Inclusiva. Em seu artigo 19, a Resolução CNE/ CP Nº 02 define os termos da Formação em Segunda Licenciatura, quando estudantes já licenciados podem realizar uma segunda licenciatura, com cargas horárias mínimas, definidas em grupos, que contemplam docentes que fizeram a primeira licenciatura em outra área de formação, para docentes que fizeram a licenciatura na mesma área de formação, além da carga horária prática a ser cursada pelos licenciandos. Finalmente, a Resolução permite que a Instituição de Ensino Superior (IES) possa oferecer o curso de Segunda Licenciatura, desde que ofereça curso de licenciatura (primeira licenciatura) reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC para a habilitação pretendida ou que possua programa de pós-graduação *stricto-sensu* na área de educação.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

(BRASIL, 2001), entende-se como Educação Especial:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.1)

Dentre as dificuldades observadas em estudantes da Educação Especial, consideram-se dificuldades de aprendizagem, disfunções, limitações advindas de desenvolvimento atípico vinculados ou não a uma causa orgânica específica. A educação especial contempla, portanto, as deficiências visuais, auditivas, motoras e físicas, sensoriais, ou seja Pessoas com Deficiências, além de outras neurodivergências, tais como dislexia, discalculia, Síndrome de Down, Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno de Oposição Desafiante, Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, Transtorno do Espectro Autista, dentre outros.

Para além de um modelo tradicional ou clínico que classifique as diferenças e transtornos, o processo educacional a ser desenvolvido para o público com neurodivergências ou com necessidades especiais exige a atenção no aprendizado dos estudantes, que devem se integrar ao espaço escolar. Certamente, as necessidades são individualizadas e as soluções para os desafios devem ser elaboradas caso a caso, não havendo abordagens padronizadas no que se refere às disfunções.

Segundo a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, os seguintes critérios definem a formação docente:

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós- graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2001, p.5)

Assim, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial ainda recomendam que seja oferecida formação complementar e continuada para professores que já exercem atividade no magistério, para qualificação na Educação Especial, justificando a realização de uma segunda licenciatura na área.

De acordo com o censo da educação superior , em Minas Gerais, no ano de 2022, no relatório sobre o cadastro de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, houve 627 cursos de licenciatura em educação especial cadastrados e 2377 ingressantes. Dentre esses, dois cursos eram na modalidade presencial, localizados nas cidades de Montes Claros e São Francisco, situadas no norte de Minas Gerais, e os demais ofertados na modalidade à distância. Apenas um desses cursos oferecia ingresso gratuito, por meio de oferta de bolsa. Tais dados evidenciam a necessidade da oferta de cursos de formação docente em Educação Especial nas UFEs, em especial em Minas Gerais.

Considerando-se a mesorregião de Belo Horizonte, na qual a cidade de Ouro Preto se insere, houve o cadastro de 117 cursos de licenciatura em Educação Especial, com 394 ingressantes (BRASIL, 2022). Na microrregião de Ouro Preto, composta pelas cidades de Ouro Preto, Mariana, Itabirito e Diogo de Vasconcelos, houve o cadastro de três cursos de licenciatura em Educação Especial, com um total de quatro ingressantes. Os dados refletem baixo atendimento de estudantes de licenciatura em Educação Especial, especialmente na microrregião de Ouro Preto, que não possui nenhuma oferta gratuita de licenciatura em educação especial.

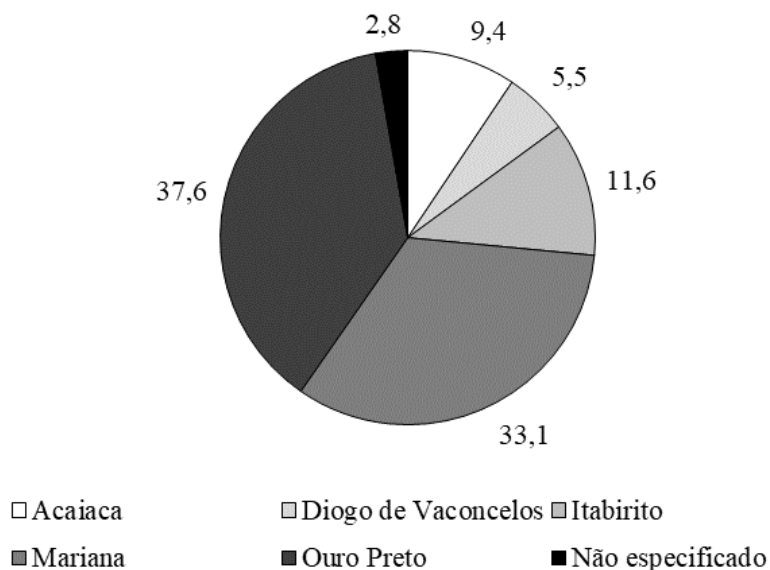
Em relação ao atendimento da educação especial na microrregião de Ouro Preto, considerando-se a Educação Básica, são apresentados os gráficos 1, 2 e 3 com dados relativos ao ano de 2022. Esses dados estão relacionados à porcentagem de estudantes da Educação Especial, matriculados na microrregião de Ouro Preto, considerando município, série e deficiência/transtorno. Foram computados 181 estudantes, de acordo com a Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto.

Gráfico 1- Porcentagem de estudantes da Educação Especial na Educação Básica na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

microrregião de Ouro Preto, por município - 2022 (N=181).



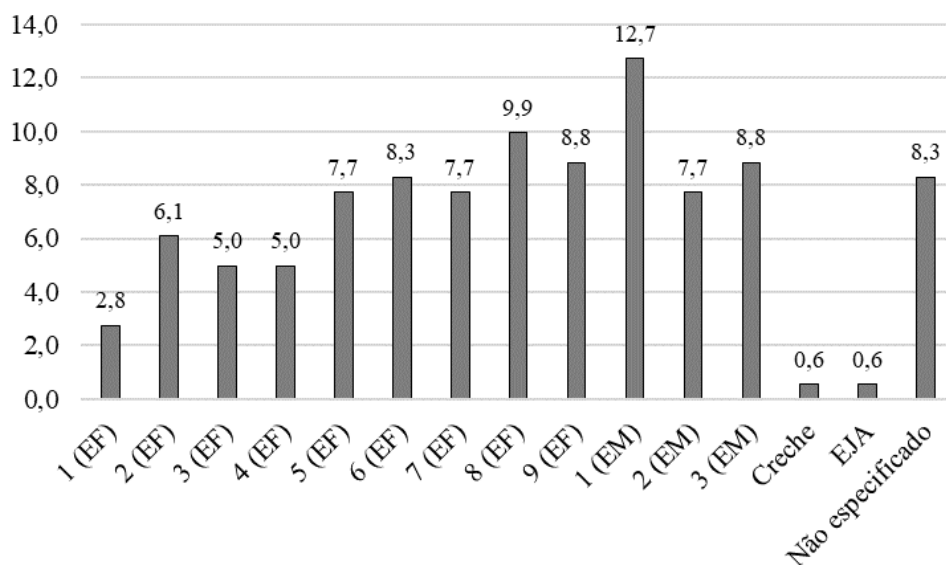
Fonte: Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto.

De acordo com o Gráfico 1, em 2022, Ouro Preto e Mariana concentraram o maior número de atendimento escolar a esses estudantes da Educação Especial, no entanto se alerta para uma demanda bem maior em todas essas cidades.

Gráfico 2 - Porcentagem de estudantes da Educação Especial da educação básica na microrregião de Ouro Preto, por série - 2022 (N=181).

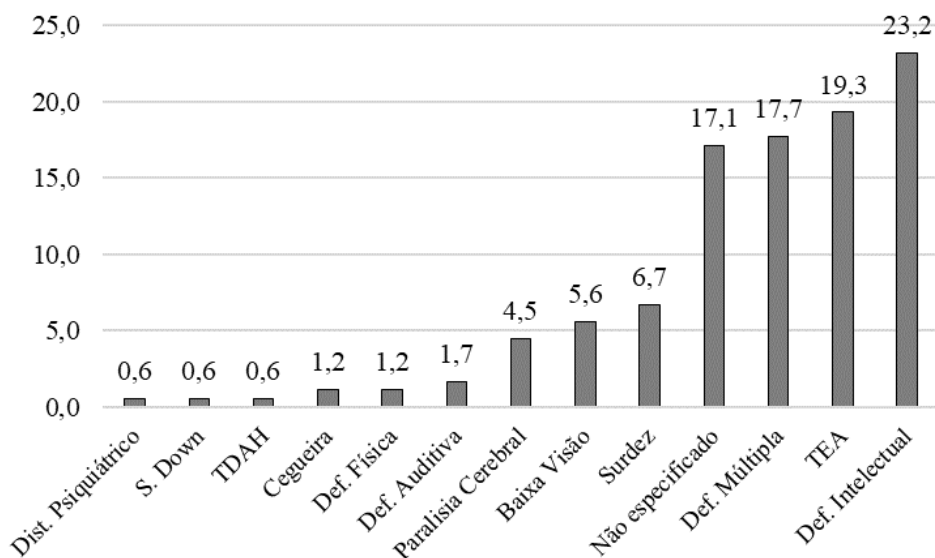


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR



Fonte: Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto.

Gráfico 3 - Porcentagem de estudantes da Educação Especial na Educação Básica na microrregião de Ouro Preto, por deficiência/ transtorno - 2022 (N=181).



Fonte: Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto

Em relação às séries que atendem estudantes da Educação Especial, em 2022, na Educação Básica, houve maior concentração de atendimentos entre a 6^a. e 9^a ano (42,4% dos atendimentos) do que entre a 1^a ao 5^o ano (18,9% dos atendimentos). O Ensino Médio também



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

concentrou parcela significativa de atendimentos, correspondendo a 29,2% dos atendimentos, quase um terço do total. Em relação às deficiências/transtornos, prevaleceram deficiências múltiplas, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência intelectual.

O quadro 1 apresenta os resultados comparativos de atendimentos aos estudantes da Educação Especial na Educação Básica na microrregião de Ouro Preto, de 2022 e 2023, por município da microrregião. Os dados foram fornecidos pela Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto, porém, os dados de 2023 foram obtidos por meio de solicitação aos municípios, pela Secretaria Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto, uma vez que o ano de 2023 ainda estava em curso, quando os dados foram solicitados..

Quadro 1 - Número de estudantes da Educação Especial na Educação Básica na microrregião de Ouro Preto, por ano.

Município	2022	2023
Acaiaca	17	Não informado
Diogo de Vasconcelos	10	6
Itabirito	21	245
Mariana	60	224
Ouro Preto	68	240
Indeterminado	5	0
Total	181	715

Fonte: Superintendência Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto.

Apesar das fontes diversas para obtenção dos dados - os dados de 2022 foram obtidos pelo relatório consubstanciado da Secretaria Regional de Ensino da Microrregião de Ouro Preto e os dados de 2023, ainda que fornecidos pela mesma Secretaria, foram gerados pelas secretarias municipais de educação dos municípios - é evidenciado o aumento do número de atendimentos aos estudantes da Educação Especial nos municípios maiores, de 2022 para 2023. Em Mariana,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

houve aumento de 273,3% dos atendimentos; em Ouro Preto, 252,9%; e em Itabirito 1.066,6%. Os resultados sugerem que haveria uma grande demanda de atendimentos para este público, em 2022, o que pode alterar o planejamento de contratação de professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA), cujo cargo exige a formação superior em Educação Especial.

Diante das necessidades apontadas, justifica-se a implantação do Curso de Educação Especial Inclusiva, Segunda Licenciatura, que permitirá a qualificação de docentes em exercício, especialmente da rede pública que atuam na Educação Básica. A UFOP é uma universidade pública e gratuita que facilitará o acesso desses docentes, portanto, por meio da modalidade semipresencial o curso tem o potencial para atender a população da microrregião de Ouro Preto. Considera-se, ainda, a relevância da oferta de um curso de Segunda licenciatura em Educação Especial Inclusiva com ênfase no desenvolvimento atípico e Pessoas com Deficiências. Tal possibilidade se configura como fato inédito em Ouro Preto e região, bem como em Minas Gerais.

PÚBLICO ALVO

De acordo com o Edital nº 23/2023 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (CAPES, 20232), poderá se inscrever para o curso o candidato que:

- possuir diploma de curso de licenciatura ou certificado de conclusão do curso, com a comprovação de solicitação de emissão de diploma;
- ter currículo cadastrado na Plataforma Freire (<https://freire.capes.gov.br/>);
- apresentar comprovação específica, de acordo com a legislação vigente, caso seja indígena, quilombola, pardo, preto, proveniente de populações do campo, pessoa surda ou público-alvo da Educação Especial.
- apresentar comprovação de trabalho docente na Educação Básica

É assegurado 50% das vagas a professores da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada, dando-se preferência àqueles que são indígenas, quilombolas, pardos, pretos, pertencentes a populações do campo, pessoas surdas e público-alvo da Educação Especial. Os 50% restantes das vagas são destinados ao público de demanda social, de acordo com a Lei 14.723 de 13 de novembro de 2023 (BRASIL, 2023).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas, sendo que estudantes terão direito à bolsa, se atenderem a pelo menos um dos critérios abaixo:

- se autodeclarar pardo ou preto;
- ser indígena, quilombola ou das populações do campo, conforme declaração de associação/coletivo local, movimento social ou organização de âmbito local, estadual ou nacional de que faz parte das comunidades ou populações específicas;
- possuir diagnóstico de surdez, de deficiência ou de transtorno do espectro autista (TEA), comprovado mediante laudo médico e parecer educacional e/ou avaliação biopsicossocial.

FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso ao curso se dará por meio de processo seletivo realizado pela UFOP para ocupação das vagas respeitada a legislação vigente e as condições descritas no item 4 referente ao público alvo:

- Apresentar diploma de curso de licenciatura ou certificado de conclusão do curso, com a comprovação de solicitação de emissão de diploma;
- Apresentar currículo cadastrado na Plataforma Freire (<https://freire.capes.gov.br/>);
- Apresentar comprovação específica, de acordo com a legislação vigente, caso seja indígena, quilombola, pardo, preto, proveniente de populações do campo, pessoa surda ou público-alvo da Educação Especial.
- Apresentar comprovação de trabalho docente na Educação Básica

As inscrições deverão ser por edital específico deste projeto em entrada única.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2019 e com os princípios institucionais estabelecidos no PDI e no PPI da UFOP. O curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva segue uma perspectiva biopsicossocial, construtivista e sociointeracionista, ao mesmo tempo psicoafetiva, uma vez que visa uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

interação construtiva e ética entre docentes e discentes. Os discentes que apresentam neurodivergências, ou são Pessoas com Deficiências (PcDs), dentre outras formas de desenvolvimento atípico, de forma que o curso priorizará práticas educacionais libertárias. Nesse sentido, o curso pressupõe que a segunda formação em Licenciatura deve aprofundar os conhecimentos em três eixos principais:

a. **Abordagem biopsicossocial:** é preciso compreender as concepções atuais acerca de PCDs e neurodivergentes, de forma a conhecer a sua constituição e as profilaxias relacionadas aos distintos sujeitos, a saber: pessoas com Discalculia, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), Transtorno do Espectro Autista, Trissomia do Cromossoma 21 ou Síndrome de Down (SD), dentre tantas outras síndromes e transtornos.

b. **Abordagem psicoafetiva:** compreender a dimensão inconsciente e o dinamismo psíquico no que se refere à construção de si mesmo(a)s a partir da convivência afetiva com outras pessoas. Isso implica na formação de vínculos construtivos para o compartilhamento de experiências, transitando desde o autoconhecimento até o conhecimento do mundo. Nesse sentido, busca-se a compreensão das dinâmicas de grupos familiares e escolares, ao considerar os aspectos implicados na convivência cotidiana, inclusive conflitos, crises e saídas criativas a partir de metodologias interativas que considerem as dimensões psicomotoras, das linguagens inclusivas e socioemocionais.

c. **Abordagem construtivista e sociointeracionista:** compreender as concepções de desenvolvimento e aprendizagem que se fundamentam na interação entre docentes-discentes e discentes-discentes, bem como nas relações entre familiares-discentes-docentes e no contexto social mais amplo de construção de conhecimentos, saberes e sabedorias, dentro da perspectiva da diversidade, interseccionalidade e pluralidade. A construção de conhecimentos segue uma abordagem vivencial, participativa e igualitária, respeitando as diferenças e especificidades no vasto campo dos saberes vitais e científicos. Nesse sentido, a busca por autonomia, dignidade, integridade e respeito à diversidade humana (étnica, de gênero e de condições socioeconômicas) parte de princípios educacionais fundamentais e criativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

A partir da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), as diretrizes curriculares nacionais (DCNs) passaram a desempenhar um papel crucial na orientação da construção dos currículos dos cursos no contexto educacional brasileiro. Estas diretrizes estão fundamentadas em princípios norteadores que visam proporcionar uma estrutura sólida e abrangente para a formação superior. Destacam-se entre esses princípios: o estímulo às práticas de autonomia, o reconhecimento de competências e habilidades adquiridas fora do ambiente escolar, a integração entre teoria e prática e a avaliação processual da aprendizagem por meio de instrumentos variados.

As DCNs concebem a formação em nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente. Essa perspectiva busca promover uma sólida formação básica, aliada a uma formação profissional fundamentada nas competências teórico-práticas. Essa abordagem é projetada para moldar um perfil de formando capaz de se adaptar às novas e emergentes demandas da sociedade contemporânea. A ênfase na autonomia do aprendiz, o reconhecimento de competências prévias e a integração entre teoria e prática reflete a compreensão de uma educação superior dinâmica e alinhada às necessidades da Educação Especial em constante evolução.

A proposta pedagógica do curso, em sintonia com essas diretrizes, enfatiza a valorização de princípios que promovam a melhoria e a democratização do ensino. Dentre eles, destaca-se a busca pela igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e os diversos saberes. Portanto, o respeito à diversidade étnico-racial, à gestão democrática do ensino público, e à apreciação pela pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas são elementos essenciais que orientam a presente proposta pedagógica. Esses princípios não apenas refletem a percepção de uma educação inclusiva e equitativa, mas também reforçam o compromisso com a formação de cidadãos e cidadãs de forma crítica, consciente e comprometida com a transformação da sociedade. Destaca-se o compromisso de uma formação que vise o trabalho coletivo e interdisciplinar; o compromisso inclusivo social e a valorização de profissionais da educação a partir de gestão democrática.

O curso tem como princípio expandir a concepção de docência, ao ampliar a ação educativa para um processo pedagógico intencional e metódico que abrange uma gama de



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos voltados para a Educação Especial. Ao incorporar conceitos, princípios e objetivos de formação inclusiva se apropria de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos inerentes à formação científica e cultural relacionada ao ensinar/aprender. Busca-se capacitar esses profissionais para contextualizar, problematizar e sistematizar esses conhecimentos, com especial ênfase na compreensão do movimento corporal, da cultura, entre atividades educativas em suas diversas manifestações inclusivas: brincadeiras, jogos, esportes e artes.

Essa busca pela excelência na formação requer de licenciandos o compromisso social, a solidariedade, o respeito ao ser humano, a aderência a normas e leis específicas da Educação Especial, além de uma consciência holística, ecológica, ao valorizar a vida em todas as suas formas. A proposta pedagógica enfatiza a integralidade, criticidade e autonomia na formação de estudantes, proporcionando situações de aprendizagem que promovam um diálogo contínuo entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão. A multiplicidade de conteúdos abordados converge para uma formação integral de docentes, capacitando-os para uma compreensão abrangente do contexto profissional, ao enfrentar os desafios complexos que envolvem a prática da Educação Especial Inclusiva.

OBJETIVOS DO CURSO

Geral

Em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Formação de Professores e ao Projeto Pedagógico Institucional da UFOP, o objetivo geral do curso de Segunda Licenciatura é promover a formação científica, educacional e cultural de professores e pedagogos em Educação Especial Inclusiva, com ênfase no desenvolvimento atípico. Visa, portanto, desenvolver práticas educacionais com Pessoas com Deficiências, com transtornos diversos, com dificuldades de aprendizagem, tais como: Discalculia, Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), Transtorno do Espectro Autista, Trissomia do Cromossoma 21 ou Síndrome de Down (SD), dentre tantas outras síndromes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Objetivos Específicos

9.2.1 Promover a formação crítica e humanística de professores, licenciados em Educação Especial Inclusiva, para atuarem na Educação Básica brasileira, conforme a legislação vigente.

9.2.2. Atender, prioritariamente, as demandas das redes públicas da Educação Básica em formação de professores para atuar na Educação Especial Inclusiva.

9.2.3. Favorecer vivências acadêmicas, científicas e extensionistas transdisciplinares nas áreas de conhecimento da Educação Especial Inclusiva com ênfase no desenvolvimento atípico.

9.2.4. Formar licenciados, a partir de fundamentos teórico-práticos da área educacional, para planejar, executar, acompanhar e avaliar processos de desenvolvimento e ensino-aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos com desenvolvimento atípico.

9.2.5 Formar professores para trabalhar com pessoas com desenvolvimento atípico que apresentam alterações cognitivas, socioafetivas e motoras, tendo em vista as possibilidades de adaptação nos espaços escolares na busca pela autonomia.

9.2.6. Desenvolver pensamento crítico e reflexivo sobre métodos e técnicas de intervenção em práticas educacionais inclusivas, ao se considerar as diferentes perspectivas: saúde, lazer, cultura e gestão, mediante as políticas socioeconômicas da atualidade.

9.2.7 Formar egressos que sejam agentes de transformação social, agindo como mediadores no processo educacional, valorizando a diversidade e promovendo a equidade.

PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO

Os profissionais que atuam como professores de Educação Especial Inclusiva e professores regentes na perspectiva da inclusão possuem formação científica, pedagógica e cultural. Demonstram uma postura crítica, reflexiva, criativa, autônoma e atualizada em relação às questões político-sociais. Essa preparação é fundamental para sua atuação, especialmente na Educação Básica e em contextos não-escolares. Ao desempenharem suas funções, realizam o planejamento, execução e avaliação de práticas educativas democráticas.

Esses profissionais também são conhecedores dos princípios da solidariedade e cooperação. Eles estão aptos a participar de trabalhos coletivos na elaboração de propostas pedagógicas e planos de trabalho, convivendo e respeitando a diversidade cultural, social, étnico/racial e de opiniões. Além disso, são capazes de problematizar divergências e concordâncias, mantendo uma leitura crítica contínua da prática profissional. Isso lhes permite



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

manter um diálogo constante com a produção do conhecimento da Educação Especial Inclusiva, da Educação em geral e áreas afins de conhecimento.

O egresso do curso proposto deve ser hábil no uso de recursos pedagógicos, de comunicação e tecnológicos. Além de se comprometer com a produção, diagnóstico, planejamento, realização, gestão e avaliação da tarefa de ensinar, adaptando suas intervenções profissionais conforme necessário em diferentes contextos de Educação Especial. Ter conhecimento da realidade regional é fundamental, alinhado ao compromisso social e aos valores éticos de solidariedade, cooperação, respeito à diversidade cultural, social e étnico/racial.

Finalmente, o curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, adota uma abordagem que articula a formação inicial e continuada. Essa abordagem fundamenta-se na premissa da autonomia (do graduando) de docentes graduandos, incentivando o contínuo aperfeiçoamento por meio de diversas formas de aprendizado. Essa estratégia visa preparar profissionais altamente qualificados e adaptáveis às demandas em constante evolução do campo da Educação Especial Inclusiva.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Atualmente, a UFOP é estruturada de acordo com a Resolução CUNI N° 2.304 que aprova a nova estrutura organizacional da Universidade Federal de Ouro Preto. O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 328ª reunião ordinária, realizada em 08 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de atualização dos dados junto ao Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG, considerando os documentos constantes nos Processos UFOP n°. 23109.001514/2019-98 e 23109.200965/2019-14 e ainda o Parecer da Comissão de Legislação e Recursos do CUNI, aprovou a nova estrutura organizacional da Universidade Federal de Ouro Preto, em seus níveis administrativos em oito de outubro de 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Coordenação do Curso

A coordenação do curso será realizada por um grupo de docentes que atuarão no contínuo do curso e por representação discente do mesmo, tendo um coordenador de curso participante da elaboração desta proposta e com as atribuições descritas no EDITAL PARFOR EQUIDADE 23/2023 - PROCESSO No 23038.005216/2023-34.

Este coordenador de curso atuará em consonância com a gestão do projeto definida por um coordenador Institucional, um coordenador Adjunto Equidade, um coordenador local com atribuições descritas no mesmo edital, e seguindo o Regimento da UFOP (2017) que define as atribuições dos Colegiados de Curso:

- Compatibilizar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do respectivo curso e determinar aos departamentos as modificações necessárias;
- Integrar os planos elaborados pelos departamentos relativos ao ensino das várias disciplinas, para fim de organização do programa didático do curso;
- Recomendar ao departamento a que esteja vinculada a disciplina as providências adequadas à melhor utilização das instalações, do material e do aproveitamento do pessoal;
- Apreciar as recomendações dos departamentos e requerimentos dos docentes sobre assuntos de interesse do curso;
- Exercer atividades de orientação acadêmica dos estudantes do curso, com vistas ao cumprimento dos créditos necessários para candidaturas à colação de grau;
- Indicar para a PROGRAD os candidatos à colação de grau.

Corpo Docente e Administrativo

A Universidade Federal de Ouro Preto possui em seu quadro de servidores efetivos um conjunto bastante qualificado de docentes que atuam na área da educação e saúde, vinculados ao Departamento de Educação Física e em seus respectivos colegiados de Licenciatura (COLEF) (e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Bacharelado (COBEF)), e em demais departamento da universidade. O mesmo pode ser dito em relação aos seus técnicos administrativos que ocupam os mais variados cargos dentro da administração.

A experiência pessoal, profissional e docente dos servidores que integram a proposta deste curso mostra-se favorável ao atendimento das demandas sociais, que almejam por profissionais capacitados e fundamentados na teoria e na prática da Educação Especial Inclusiva em foco na neuro divergência. O corpodocente proposta para assumir as 40 disciplinas da matriz está composto por 21 professores, sendo 15 doutores (formador I) e três mestres (formador I) e três especialistas (formador convidado). A maioria dos professores do corpo docente faz parte dos efetivos da UFOP.

O corpo gestor do curso, descrito pelo edital, contará com a contribuição de um Técnico Administrativo que faz parte da EEFUFOP com atribuições de secretariar os colegiados dos cursos de licenciatura e bacharelado. O Servidor Kássio Toledo Fagundes possui experiência nesta função há vários anos.

Para o cumprimento didático pedagógico das 40 disciplinas do curso, os professores e as coordenadores nomeados para este projeto, a UFOP, como contrapartida, com com as equipes de técnicos administrativos do NAP – Nucleo de Apoio Pedagógico, do CAIN – Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão.

ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular mostra o conjunto de componentes curriculares oferecidos pelo curso, bem como as demais atividades acadêmicas necessárias para a formação do profissional desejado.

Matriz Curricular

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS /T	CHA	Teóricas	Práticas	PER	EAD/P
Desenvolvimento humano - infância		60	72	2	2	1	e
Leitura, interpretação e produção de textos acadêmicos		30	36	2		1	e
Seminários Integrados 1		60	72	2	2	1	p



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Saúde integral	30	36	2		1	e
Educação e Movimento corporal	60	72	2	2	1	p
Bases neurológicas e fisiológicas do desenvolvimento	30	36	2		1	e
Introdução à Educação Especial	30	36	2		1	e
Neurodiversidades – TDAH, TEA, TOD e Altas habilidades	60	72	2	2	1	p
Metodologia ativa: oficina de brincadeiras e jogos teatrais	30	36	0	2	1	p
Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial *	90	108	2	4	1	p
	480	576	18	14	10	
Desenvolvimento humano – Adolescência, adulto e idoso	60	72	2	2	2	e
Neuropediatria e implicações pedagógicas	60	72	4		2	e
Educação Especial: sujeitos e culturas	30	36	2		2	e
Seminários Integrados II	60	72	2	2	2	p
Metodologia ativa: oficina de artes plásticas	30	36	0	2	2	p
Abordagens educacionais dos transtornos mentais e comportamentais	60	72	2	2	2	p
Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial I	60	72	2	4	2	p
Psicologia: Interacionismo e Construtivismo	30	36	2		2	e
Matemática inclusiva e a discalculia	30	36	2		2	p
Leitura e escrita: abordagens e intervenções na dislexia	30	36	2		2	p
	450	540	20	12	20	
Psicomotricidade I	30	36	2		3	e
Epimotricidade - Epigenética	30	36	2		3	e
Seminários Integrados III	30	36	2		3	p
Apoio educacional especializado no Ensino Fundamental	30	36	2		3	
Aspectos psicomotores e psicopedagógicos aplicados na inclusão	30	36	2		3	e
Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial II	90	72	2	2	3	p
Metodologia ativa: oficina de dança	30	36	0	2		p
Metodologia ativa: oficina de musicalização	30	36	0	2		p
Acompanhamento Individualizado I: entrevistas e práticas observacionais	60	72	2	2	3	p
Teorias e práticas – deficiência física e deficiência múltipla	60	72	2	2	3	p
Abordagens psicoafetiva e inconsciente	30	36	2		3	e
	450	504	18	10	27	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Saúde Mental: transtornos psicossociais		30	36	2		4	e
Apoio educacional especializado na EEI no Ensino Médio e EJA		30	36	2		4	e
Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial III		60	72	2	4	4	p
Seminários Integrados IV		30	36	2		4	p
Metodologia ativa: oficina de práticas aquáticas		30	36	0	2	4	p
Metodologia ativa: oficina de literatura e teatralidades		30	36	0	2	4	p
Políticas Públicas Educacionais e Funcionamento da Educação Especial		60	72	2	2	3	e
Psicomotricidade II		60	72	2	2	4	e
Trabalho de Conclusão de Curso		90	108	2	4	4	p
		420	504	14	16	35	

LEGENDA:

CHS/T - Carga Horária Semestral Total

CHA - Carga Hora Aula

T - Número de aulas teóricas semanais

P - Número de aulas práticas semanais

PER – Período

EAD/P – Ensino a distância/ Presencial

Flexibilidade Curricular

Flexibilização curricular

Na UFOP, o princípio maior da flexibilização, evidenciado no PDI da UFOP (2016-2025), é desatar os nós que promovem a estrutura rígida da condução do curso, permitindo que o aluno tenha participação no ritmo e na direção do curso, utilizando da melhor forma o que a Universidade oferece em termos de atividades acadêmicas, na composição de seu currículo. Nesse item, o currículo do curso contemplará a flexibilização curricular prevista no PDI.

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular podem se desenvolver a partir de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

atividades, projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que integrem os componentes curriculares. Dessa maneira, espera-se que os componentes curriculares se articulem e flexibilizem no curso. Para isso, é importante destacar exemplos dentro do próprio currículo do curso.

A flexibilização curricular, por sua capacidade de ajustar e adaptar o currículo de um curso de forma a atender às necessidades de estudantes, promove uma aprendizagem mais significativa ao proporcionar maior diversidade nas abordagens educacionais. Para um curso de formação de professores, a flexibilização pode ser incorporada de várias maneiras, considerando elementos como projetos de ensino-aprendizagem, estágios, aproveitamento de estudos, projetos de extensão e pesquisa, práticas, componentes, módulos interdisciplinares, entre outros.

Estágio Curricular Supervisionado

Compreende-se que os estágios curriculares são espaços privilegiados da práxis profissional ainda no período formativo do discente. Momento em que a articulação entre teoria e prática se estabelece e se confronta. Período propício para o desenvolvimento das competências e dos saberes profissionais necessários para atuação no campo. O estágio permite o aprendizado em ambiente de prática real, considera as políticas institucionais de aproximação a ambientes profissionais na perspectiva da atribuição de habilidades e competências. Espaço privilegiado para o graduando entrar em contato com seu campo de atuação possibilitando conhecer diferentes processos de organização e de práticas nos diferentes contextos da Educação Especial. Portanto, é um período de extrema importância na formação dos estudantes e precisa ser bem articulado entre a Universidade e as escolas de educação nos diferentes segmentos da educação básica (licenciatura).

O PDI da UFOP estabelece que a Coordenadoria de Estágio (Cest) intermedia a relação entre os estagiários e as empresas, viabilizando os termos de compromisso, os convênios de estágio e a divulgação de oportunidades de estágio e de programas de trainee.

A estruturação do estágio na matriz curricular está dividida em quatro disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Especial com 90, 60,90 e 60 horas de Carga Horária Semestral (CHS). A primeira disciplina a ser ofertada, os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado da mesma,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

segundo o § 7º do Art. 15. da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. As demais enfocarão o ensino infantil (60 h), o ensino fundamental (90 horas) e o ensino médio e o EJA (60). Em todas as disciplinas haverá uma imersão na escola e seu relatório devem retratar a inclusão da educação especial no ambiente escolar, principalmente os neurodivergente.

Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) assume um papel de extrema importância nos cursos de licenciatura, oportunizando as reflexões teórico práticas resultantes de todo o processo formativo. Este elemento final do percurso acadêmico não apenas representa uma síntese dos conhecimentos adquiridos, mas também atua como um catalisador para a aplicação prática e integrada de conceitos, teorias e metodologias, oferecendo aos estudantes uma visão holística e consolidada de sua formação em Educação Especial Inclusiva.

Assim, o TCC desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades de reflexão e pesquisa. Ao conduzir uma investigação independente, os estudantes não apenas aprimoram suas capacidades de pesquisa, mas também aprendem a formular perguntas relevantes e a aplicar metodologias apropriadas, tornando-se aptos a contribuir de maneira significativa para o campo educacional voltado para pessoas atípicas. A reflexão crítica é outra dimensão enriquecedora do TCC, uma vez que possibilita estudos aprofundados das metodologias existentes no campo da educação inclusiva com foco nas pessoas com neurodivergências ou com deficiências. A elaboração deste trabalho exige, assim, uma análise profunda e reflexiva por parte dos estudantes, desafiando-os a examinar diferentes perspectivas construtivistas, avaliar evidências de metodologias inovadoras e funcionais, ao formular argumentos fundamentados nas abordagens de pesquisas contemporâneas. Essas habilidades, essenciais para a prática docente, são aprimoradas durante esses processos de pesquisa.

O TCC também se destaca por sua aplicação prática na educação inclusiva, muitas vezes relacionando-se a questões práticas e desafios encontrados no contexto educacional real das mudanças que estão ocorrendo na Educação Básica com a presença de pessoas com neurodivergências e/ou com deficiências. Isso capacita os docentes em formação a desenvolverem soluções inovadoras e aplicáveis, tendo em vista os desafios dinâmicos da sala de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

aula. Além disso, a elaboração do TCC contribui para a preparação dos estudantes para a prática docente ao investigarem temas pertinentes à educação numa perspectiva plural e inclusiva. Essa experiência proporciona uma compreensão mais profunda das demandas da profissão e fomenta o desenvolvimento de estratégias eficazes para a transformação de espaços escolares.

Associada à produção do TCC temos a escrita acadêmica. Ela é uma competência que é aprimorada durante a elaboração desse trabalho final que poderá realizado em dupla com o apoio de docentes orientadores. Os estudantes aprendem a estruturar argumentos de maneira clara e coesa, a apresentar resultados de pesquisa de maneira rigorosa e a adotar padrões formais de comunicação.

No curso proposto, a experiência de realização do TCC, por se tratar de segunda licenciatura, não é novidade para os alunos. Todavia, sua relevância está em proporcionar a oportunidade de trabalhar com problemas teóricos/empíricos referentes à educação de crianças, jovens e adultos atípicos em um espectro mais amplo de abordagem. Portanto em perspectivas construtivista, socioafetiva e libertária visando a renovação das metodologias nos contextos da educação básica

A realização do TCC terá caráter obrigatório para a obtenção do diploma. O TCC poderá ser elaboração individualmente ou coletiva (produzido por duplas ou trios de alunos) com a orientação docente. A carga horária de 90 horas será destinada a organização e apresentação do TCC. As disciplinas: Leitura, interpretação e produção de textos acadêmicos (30 horas) e os Seminários integrados I, II, III e IV (60, 60, 30 e 30 horas respectivamente) visam contribuir com a construção deste trabalho final

Reconhecemos a singularidade e a riqueza que a experiência profissional aporta à construção do conhecimento. Cada professor é um protagonista em sua jornada, acumulando vivências únicas capazes de enriquecer não só sua prática, mas também de contribuir de maneira significativa para o campo da educação inclusiva. Diante desse contexto, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) adota uma abordagem inovadora, centrada no protagonismo dos professores em formação cooperativa e integrada às pluralidade de necessidades contemporâneas da Educação Básica, na renovação de suas metodologias e práticas de ensino aprendizagem, tendo em vista as pessoas com neurodivergências, deficiências entre outros quadros de atípicos.

A inclusão educacional é um princípio fundamental na construção de uma sociedade mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

justa e igualitária. O curso de Licenciatura em Educação Inclusiva visa formar profissionais capazes de lidar com a diversidade, atendendo às necessidades específicas de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, dificuldades de aprendizagem e outras condições especiais. Nesse contexto, é essencial integrar práticas pedagógicas inovadoras ao Projeto Pedagógico (PP) do curso, buscando oferecer uma formação abrangente e alinhada com os princípios da inclusão.

Propostas de Trabalho Final:

- **Objetivo Geral:** Desenvolver uma proposta integrada de materiais didáticos inovadores, alinhada ao PPC do curso de Licenciatura em Educação Inclusiva, visando promover práticas pedagógicas inclusivas e aprimorar a formação de futuros educadores e/ou renovar as ideias dos que já atuam nas escolas. Para corroborar com este objetivo o TCC deste curso busca oportunizar aos discentes a sustentação da prática na teorias trazendo o ato da escrita acadêmica em diversas opções de trabalhos.
 1. **Revisão Bibliográfica:** Realizar uma revisão abrangente da literatura sobre métodos de ensino inclusivos, teorias da aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas que promovam a inclusão.
 2. **Diagnóstico Institucional:** Analisar o PPP do curso de Licenciatura em Educação Inclusiva para identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento, considerando as demandas atuais da educação inclusiva.
 3. **Desenvolvimento de Sequência Didática:** Criar uma sequência didática inovadora, baseada na abordagem pedagógica inclusiva, contemplando estratégias diferenciadas para atender às necessidades diversas dos alunos.
 4. **Produção de Material Didático e Audiovisual:** Elaborar material didático impresso e digital, bem como recursos audiovisuais que possam ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração a acessibilidade para todos os estudantes.
 5. **Elaboração de Portfólio Reflexivo:** Construir um portfólio que documente o processo de desenvolvimento, destacando as escolhas teóricas, metodológicas e práticas, além de reflexões sobre a importância da inclusão no contexto educacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

6. **Avaliação da Proposta:** Realizar uma avaliação da eficácia dos materiais didáticos e da sequência didática proposta, considerando aspectos como engajamento dos alunos, resultados de aprendizagem e feedback dos educadores.
7. **Estudos de casos:** Acompanhar um aluno ou uma escola que estejam passando por uma situação de inclusão, Traçar e sustentar as etapas do processo frente a descrição da neurodivergência do aluno.

Fundamentação Teórica: A proposta se fundamenta nas teorias da aprendizagem inclusiva, destacando a importância da adaptação curricular, do uso de tecnologias assistivas e de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. Baseia-se também em conceitos-chave do PP do curso, buscando alinhar a formação dos futuros educadores às demandas contemporâneas da educação inclusiva.

Contribuições Esperadas: Espera-se que esta proposta de trabalho final contribua para o aprimoramento do curso de Licenciatura em Educação Inclusiva, integrando práticas inovadoras ao seu PPP e formando profissionais mais preparados para atuar em ambientes educacionais inclusivos, promovendo uma educação de qualidade para todos.

Os TCC serão apresentados em sala de aula para avaliação do professor responsável pela disciplina no quarto período, para os demais membros do corpo docente e será sugerido a apresentação no Encontro de saberes da UFOP. A publicação dos trabalhos em revistas e ou em congresso e seminários equivalentes ao tema será incentivada.

Relação com a Pesquisa

As disciplinas do eixo da metodologia da pesquisa, alicerçam a compreensão, elaboração, construção e publicação de estudos que devem fazer parte do cenário das escolas e das vivências neste território. Constituir a realidade do dia a dia da educação especial inclusiva descrevendo e analisando as estratégias e desafios da escola na busca da equidade frente às características do desenvolvimento atípico são objetivos já pautados que caracterizam a relação com as pesquisas científicas. Fomentar a ciência, esclarecer e inserir a escola no processo de entender e produzir



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

ciência é realizar a pesquisa que, mesmo sem a formalização, acontece dentro da escola regularmente.

A construção da matriz curricular foi sistematizada para conduzir o aluno do curso a reconhecer (ou não) o que acontece nas ações dentro da escola que já são sustentadas nas produções científicas, ou que estas podem contribuir ou mesmo trazer direcionamentos para os desafios e ou demandas da prática docente. O processo de aprendizado de ler, compreender, pensar em um problema de estudos do próprio campo da educação especial inclusiva de pessoas com desenvolvimento atípico perpassam na troca de experiências vivenciadas pelo corpo docente das escolas, que se constitui público alvo deste curso, descritas, comparadas, quantificadas, qualificadas através da escrita formal de uma publicação, ou na produção de material didático com ações pedagógicas para a equidade de pessoas com desenvolvimento atípico, os neurodivergentes.

Na busca de oportunizar o pensamento científico advindo da prática docente na formalização e publicação das experiências e dados que possam ser reunidos e analisados, o processo de construção do trabalho de conclusão de curso (TCC) se apresenta do início ao final do curso. Objetiva-se a publicação e ou apresentações dos TCCs para a comunidade acadêmica e principalmente para os demais professores das escolas, perfazendo os alunos deste curso como multiplicador do conhecimento científico na prática, contribuindo para que sobre pessoas neurodivergentes sejam incluídas na educação básica e na sociedade em geral.

METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A UFOP, conforme expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (UFOP, 2015), delinea as bases para a elaboração de políticas de ensino de graduação, fundamentando-se na compreensão de que os processos de ensino e aprendizagem são distintos, porém interligados. Nesse contexto, a abordagem do ensino demanda uma consideração aprofundada do conceito de aprendizagem. Ressalta-se que o ato de ensinar representa a orientação para a construção de aprendizagens, o apoio na formulação de conceitos e o estímulo das potencialidades existentes nos alunos. Portanto, concebe-se os docentes como facilitadores que organizam o conhecimento e o mediador em um processo de interação significativo com os estudantes. Sob essa perspectiva, a expectativa é que os discentes cultivem sua consciência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

crítica, estejam aptos a dialogar com as diferenças, tomem decisões e atuem com autonomia e responsabilidade político-social, tanto na esfera profissional quanto na social.

As estratégias de ensino e aprendizagem empregadas no âmbito do curso de Educação Especial Inclusiva são fundamentadas em abordagens que priorizam metodologias ativas. Nesse contexto, os estudantes são instigados a percorrer um trajeto acadêmico autônomo e construtivo, orientado pelos princípios científicos.

No âmbito da formação de nível superior, o curso de Educação Especial Inclusiva almeja promover uma interação constante entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando nos discentes a capacidade de observação, pensamento crítico, raciocínio lógico, reflexão e compreensão acerca de seu papel social e profissional. Essa abordagem propõe uma interação contínua entre as vivências no contexto da escola básica e as investigações científicas.

As metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas no curso pautam-se na articulação entre teoria e prática, aliando-se às práticas multi e interdisciplinares, tais como aula expositiva dialogada, palestras, visitas técnicas, experimentações e simulações em laboratórios, seminários, trabalhos individuais e/ou em grupos, mesas redondas, estudos de casos, projetos interdisciplinares, grupos de estudo, pesquisas de campo, exposições técnicas, audiovisuais e culturais, dentre outras. Utiliza-se ainda, a prática das supervisões de estágios, oportunizando enriquecimento aos discentes e promovendo melhoria do processo ensino-aprendizagem no cenário da escola.

A inclusão de recursos tecnológicos como estratégia metodológica no processo de ensino-aprendizagem é uma necessidade atual, por se tratar de um conhecimento imprescindível em qualquer área da atividade humana. Nesse sentido, cabe destacar que a PROGRAD, em parceria com o NTI e o CEAD, disponibilizam a plataforma Moodle a todos os cursos presenciais ou semipresenciais de graduação, por meio do portal “Minha UFOP”, integrando essa plataforma ao processo de ensino e aprendizagem. Os componentes curriculares de caráter semipresencial do curso de Educação Especial Inclusiva, utilizam a plataforma para o desenvolvimento das atividades à distância. Já os componentes curriculares de caráter presencial, podem utilizar a plataforma facultativamente.

Os atendimentos educacionais especializados à discentes com deficiências, que necessitem, por exemplo, de tradução e interpretação em Libras, áudio-descrição, materiais didáticos especializados, dentre outros, são apoiados pela Coordenadoria de Acessibilidade e



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Inclusão (CAIN) da UFOP. De forma geral, a CAIN objetiva apoiar alunos e servidores da UFOP que apresentam algum tipo de deficiência. Dispõe de laboratórios de inclusão e acessibilidade nas Unidades Acadêmicas dos campi da UFOP e conta com profissionais e monitores para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de ensino, pesquisa e extensão.

O uso da Plataforma Moodle

O PPC deste curso visa formar e informar professores que já atuam na escola básica ou recém formados em licenciatura com o campo de trabalho aberto para assumirem os postos nas escolas. Assim, a necessidade de grande parte da carga horária (38%) estar planejada para ocorrer on line, no ensino a distância (EAD) e os 62% presenciais serão organizados em finais de semana e/ou períodos de férias, buscando assim oportunizar a formação continuada.

No âmbito de um curso de licenciatura em educação inclusiva, a convergência das tecnologias da informação e comunicação (TIC) desempenha uma função preponderante na otimização do processo de ensino e aprendizagem. A plataforma Moodle, por exemplo, configura-se como um ambiente virtual que viabiliza aos docentes a criação de experiências educativas personalizadas, destinadas a satisfazer as variadas exigências dos discentes. Por meio desta plataforma, os professores podem disponibilizar recursos digitais acessíveis, tais como materiais didáticos em distintos formatos e vídeos legendados, fomentando, assim, a inclusão de estudantes com distintas habilidades e modalidades de aprendizagem.

Acrescenta-se que a interatividade engendrada pelo Moodle simplifica a comunicação entre alunos e docentes, instaurando um ambiente colaborativo onde todos podem contribuir, independentemente de suas aptidões. Ferramentas como fóruns e discussões proporcionam aos estudantes um meio mais propício para expressar suas opiniões e dúvidas, estimulando a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento. A elasticidade temporal e espacial conferida pelo Moodle também beneficia os alunos com necessidades especiais, possibilitando que o processo de aprendizagem transcorra em consonância com seu próprio ritmo e ajustado às suas condições individuais.

Ademais, o Moodle oferece uma gama de recursos avaliativos diversificados, a exemplo de quizzes e fóruns de discussão, facultando a adaptação das avaliações segundo as distintas habilidades e necessidades dos estudantes. Tal contributo favorece a promoção de uma avaliação inclusiva, a qual reconhece e valoriza as múltiplas manifestações de expressão do conhecimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Em suma, a integração das TIC por meio da plataforma Moodle em cursos de licenciatura em educação inclusiva figura como um progresso de monta na edificação de ambientes educacionais que contemplam a diversidade, ao mesmo tempo que fomenta a equidade de oportunidades no cenário educativo.

Quadro síntese das metodologias de ensino do curso de educação inclusiva:
desenvolvimento de atividades didáticas

Metodologias	<ul style="list-style-type: none">○ · Aprendizagem baseada em projetos (que abordem problemas do mundo real);○ · Ambientes de aprendizagem ativa: propiciar a criação de espaços flexíveis que favoreçam a interação, colaboração e experimentação – estimulando a aprendizagem ativa.○ · Rotação por estações: organização da sala de aula em estações de aprendizagem, onde há alternância dos discentes entre atividades práticas, de pesquisa, etc.○ · Ensino híbrido: combinação de atividades presenciais e online – promovendo a flexibilização curricular.○ · Gamificação: integrar elementos de jogos no processo de aprendizagem○ · Ensino colaborativo e interdisciplinar: desenvolver atividades (em seminários integrados acadêmicos e científicos) que promovam a colaboração entre as disciplinas.○ · Portfólios digitais: utilizar o AVA Moodle para criar portfólios que documentam o progresso dos discentes.○ · Sala de aula invertida: disponibilizar materiais de estudo online para, assim, dedicar o tempo da aula presencial a atividades práticas, discussões, etc.
--------------	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Atividades que podem ser adotadas pelos docentes

- **Leituras orientadas:** leitura crítica de textos sobre educação inclusiva e conteúdos afins.
- **Estudos de Caso:** análise e discussão de casos reais originados na prática profissional dos discentes.
- **Oficinas práticas:** contemplar desenvolvimento de estratégias para lidar com a diversidade em sala de aula.
- **Seminários temáticos:** apresentação de temas relevantes da área da educação inclusiva – forco na motricidade.
- **Observação em ambiente escolar:** associado (ou não) às atividades de estágio – inclui visitas às escolas para observação e posterior análise de práticas inclusivas.
- **Desenvolvimento de materiais didáticos** adaptados para diferentes necessidades de crianças, jovens e adultos atípicos.
- **Simulações pedagógicas:** exercícios práticos simulando desafios comuns em sala de aula inclusiva.
- **Atividades de avaliação formativa:** feedback contínuo sobre o progresso e a aplicação dos conceitos abordados no curso.
- **Discussões/debates:** por meio de fóruns virtuais ou salas de debates sobre temas específicos da educação inclusiva.
- **Projetos colaborativos:** produção em grupos de trabalho de propostas práticas de inclusão
- **Encontro com especialistas:** pode se dar por meio da promoção de palestras online ou presenciais com profissionais que têm experiência com inclusão.
- **Projetos Colaborativos:** por meio de trabalhos em grupo para criar propostas práticas de inclusão
- **Portfólios:** produção de portfólios sobre o que foi aprendido no curso e experiências práticas
- **Exploração de tecnologias assistivas:** exploração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

	<p>de ferramentas que auxiliam na inclusão.</p> <ul style="list-style-type: none">• Planejamento de aulas inclusivas: desenvolvimento de planos de aula que considerem a diversidade de habilidades dos alunos.• Pesquisa como princípio educativo:
TIC integradas ao sistema de ensino e aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">• Plataformas digitais/AVA Moodle: disponibilizar materiais didáticos, recursos multimídia e atividades interativas• Recursos digitais: uso de jogos educativos, aplicativos voltados para atipicidades; podcasts, etc.
Desenvolvimento do espírito científico	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa colaborativa: incentivar os discentes a pesquisar questões relevantes para a educação inclusiva, trabalhando em grupos para coletar dados, analisar resultados e propor soluções.• Estudos de caso: utilizar estudos de caso reais relacionados à educação inclusiva para que os discentes analisem situações complexas, identifiquem desafios e proponham abordagens para aprimorar a prática.• Participação em seminários e conferências: promover e incentivar a participação em conferências e seminários (como os Seminários Integrados Acadêmicos Científicos) sobre educação inclusiva, em que os discentes podem compartilhar suas experiências, aprender com outros profissionais e expandir suas perspectivas.• Desenvolver projetos de intervenção: nos estágios, propor projetos práticos de intervenção, nos quais os discentes identificam desafios específicos projetem e experimentem soluções pertinentes.
Metodologias que podem ser desenvolvidas nas	<ul style="list-style-type: none">○ Fóruns de discussão online: para fomentar discussões temáticas○ Webinars e palestras online (síncronas e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

disciplinas ofertadas integral ou parcialmente na modalidade EAD	<p>assíncronas): para que conteúdos possam ser acessados pelos alunos mesmo depois de terem sido vivenciados.</p> <ul style="list-style-type: none">○ · Estudos de caso interativos: por meio de fóruns ou grupos de estudo e discussão○ · Avaliações online diversificadas○ · Integração ao AVA de redes sociais educacionais○ · Portfólios online: para documentar o progresso no curso○ · Roteiros de estudos personalizados
Metodologias que podem contemplar discentes com deficiências ou necessidades específicas que demandem acessibilidade.	<ul style="list-style-type: none">● · Apoio do NAPE/UFOP● · Suporte de profissionais especializados: NAPE/NEI-UFOP● · Uso de DUA (Design Universal para aprendizagem): uso de materiais educacionais que atendam diversidade de estilos de aprendizagem.● · Legendas e transcrições: incluir legendas em vídeos e disponibilizar transcrições para garantir o acesso a conteúdos por estudantes com deficiência auditiva (NAPE/UFOP)● · Multimídia acessível: usar recursos multimídia acessíveis (vídeos com audiodescrição e imagens com descrições textuais, para atender estudantes com deficiência visual)● · Plataformas de aprendizagem acessíveis: usar plataformas de aprendizagem online que sigam padrões de acessibilidade (caso do Moodle).● · Avaliações flexíveis: permitir que alunos escolham entre diferentes formatos de apresentação (oral, escrita, multimídia...) de acordo com suas habilidades e preferências.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

- · Ambientes virtuais acessíveis: No Moodle, certificar-se que Fóruns, chats etc sejam acessíveis e proporcionem a todos a oportunidade de participar das discussões.

A educação inclusiva, ao priorizar a diversidade de habilidades e necessidades dos estudantes, requer abordagens pedagógicas inovadoras para promover um ambiente de aprendizado equitativo. No curso em questão, com ênfase na motricidade, diversas estratégias podem ser empregadas para enriquecer as atividades didáticas e garantir a participação plena de todos os alunos.

A incorporação de metodologias “inovadoras” proporciona uma abordagem dinâmica e centrada no aluno. Por meio dessas metodologias, os docentes podem engajar discentes em experiências práticas que valorizam a motricidade como parte integrante do processo de aprendizagem. Os docentes desempenham um importante papel na promoção no desenvolvimento de práticas pedagógicas que incluam discentes que apresentem necessidades educativas especiais. Com o apoio de profissionais especializados da UFOP, devem propor atividades que incluem a adaptação de recursos, como materiais didáticos acessíveis e a organização de práticas físicas inclusivas (quando for o caso), assim, ao atender às necessidades variadas dos alunos, garante que todos participem ativamente das atividades propostas nas aulas (inclusive as proposições virtuais).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

De acordo com o estabelecido no Art. 24, inciso V, da LDBEN nº 9.394/96, a política nacional de avaliação do rendimento escolar adota o critério da avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno.

Essa abordagem implica que a avaliação discente não se baseia apenas em eventos pontuais, como provas finais, mas sim em um processo contínuo ao longo do período letivo. Além disso, destaca-se a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, indicando que a compreensão aprofundada do desempenho do aluno deve ir além de simples números ou notas.

Dessa forma, a Lei enfatiza a importância de se considerar o desenvolvimento do aluno ao longo do tempo, levando em conta seu progresso, participação e envolvimento nas atividades



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

educacionais. A avaliação contínua busca fornecer uma visão mais abrangente e justa do desempenho do aluno, reconhecendo a diversidade de habilidades, estilos de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento.

A avaliação numa perspectiva interdisciplinar, refere-se ao processo de avaliar que vai além das fronteiras tradicionais das disciplinas isoladas. Nessa abordagem, o foco é na integração de diferentes áreas de conhecimento, reconhecendo que os problemas e desafios do mundo real não se limitam a uma única disciplina. A avaliação interdisciplinar busca avaliar não apenas o conhecimento fragmentado de disciplinas isoladas, mas também a capacidade dos estudantes de integrar e aplicar conhecimentos de diferentes áreas para compreender e resolver questões complexas.

Nesse contexto, os métodos de avaliação podem envolver a realização de projetos, atividades práticas, apresentações, discussões e outras formas que incentivem a aplicação de conhecimentos de múltiplas disciplinas, incluindo os Trabalhos de Conclusão de Curso. O objetivo é desenvolver habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas complexos, colaboração e comunicação, que são essenciais para enfrentar desafios do mundo real que geralmente demandam uma abordagem integrada.

A avaliação é, ainda, um componente fundamental para garantir a qualidade dos processos educacionais. Este aspecto transcende a simples mensuração de conhecimento e se estende à avaliação de habilidades, competências e o desenvolvimento global do estudante. A avaliação precisa estar alinhada aos objetivos educacionais do curso. Cada método de avaliação deve estar vinculado aos resultados de aprendizagem desejados, garantindo que os alunos sejam avaliados de acordo com as habilidades e conhecimentos que se espera que adquiram ao longo do curso.

No curso proposto, a abordagem da avaliação considera diversos aspectos. Eles vão desde os métodos e instrumentos de avaliação até o papel da avaliação na melhoria contínua do ensino.

Métodos e Instrumentos de Avaliação:

No ensino superior precisamos contemplar a diversidade de perspectivas avaliativas, valorizando-se os métodos qualitativos e inclusivos. Além das tradicionais provas escritas, podem ser empregadas avaliações práticas, apresentações, trabalhos em grupo, projetos, seminários, portfólios e avaliações online. A combinação desses métodos permite uma avaliação mais abrangente, que capte não apenas o conhecimento teórico, mas também as habilidades



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

práticas e a capacidade de aplicar conceitos em situações do mundo real. Apresentamos, a seguir, tipos de avaliação que subsidiam essa proposta e estão baseadas nos estudos de Pinto e Santos (2006) entre outros.

Avaliação Diagnóstica:

A avaliação diagnóstica visa identificar o nível de conhecimento ou habilidades de um indivíduo ou grupo em relação a um conteúdo específico. Pode ser empregada no início de um curso ou processo de aprendizagem para detectar as necessidades e dificuldades dos alunos.

Avaliação Formativa e Somativa:

A avaliação pode ser tanto formativa quanto a somativa. A avaliação formativa ocorre durante o processo de aprendizagem, fornecendo feedback contínuo aos alunos para orientar seu progresso. A avaliação somativa, por sua vez, ocorre ao final de um período de ensino e serve para atribuir notas ou certificar a conclusão de um curso. A combinação equilibrada dessas abordagens contribui para um entendimento mais completo do desempenho do aluno.

A avaliação somativa pode auxiliar na verificação do alcance dos objetivos do curso. Ela pode oferecer uma visão geral do desempenho dos alunos ao final de cada período de formação. Por meio dela, é possível verificar se os alunos do curso conseguiram assimilar e aplicar os conhecimentos, habilidades e valores que foram propostos pelo curso. A avaliação somativa poderá incluir trabalhos finais ou práticos que demonstrem que houve compreensão e aplicação dos princípios pedagógicos e éticos aprendidos durante o curso.

A avaliação formativa orienta o aprendizado contínuo discente, proporciona feedback ao longo do curso, Ela contribui para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, práticas inclusivas e pensamento crítico. Ela poderá incluir o feedback regular sobre trabalhos realizados pelos alunos; observações práticas e discussões em grupos de trabalho – presenciais ou online – inclusive os grupos de trabalho de conclusão de cursos. O foco é sempre o desenvolvimento de cada aluno em direção aos objetivos propostos pelo curso.

Avaliação Autêntica:

A busca por uma avaliação mais autêntica tem ganhado destaque no ensino superior. Isso envolve a criação de situações de avaliação que se assemelham às demandas do mundo real. Quando solicitamos, por exemplo, a elaboração e execução de um projeto prático que aborde



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

desafios reais enfrentados pelos professores, em suas práticas diárias, inclusive vinculado às atividades de estágio supervisionado e de TCCs, possibilitamos que os alunos demonstrem suas habilidades de forma realista e contextualizada – alinhadas aos desafios que já enfrentam ou enfrentarão na sua atuação profissional. Isso contribui para a aplicação prática do conhecimento que estão adquirindo no curso. Um bom exemplo seria a criação de um projeto prático que envolva a criação e implementação de estratégias inclusivas em uma sala de aula real, seguido pela análise crítica dos resultados.

Observação: Destacamos que, ao aderir à perspectiva de avaliação interdisciplinar, abrangemos elementos cruciais dessa abordagem, como a fusão de conteúdos, superação de uma educação fragmentada em disciplinas, incentivo a uma abordagem multifacetada no processo de aprender e ensinar. Assim, a avaliação interdisciplinar se alia à estrutura curricular do curso, que articula os saberes teóricos e práticos, essenciais para o processo de formação e atuação profissional.

Contribuição com Metodologias ativas em estratégias de avaliação:

No quadro abaixo, elencamos três formas de contribuição das metodologias ativas no processo de avaliação:

Engajamento ativo	<p>Por meio de estudos de caso e discussão de projetos práticos (em situações de estágio, por exemplo) promovem o engajamento dos alunos – associado à reflexão e aplicação dos conceitos aprendidos no curso.</p> <p>Pode se dar, ainda, por meio de intervenção prática em uma escola (a de origem do aluno, por exemplo – ou a que ele está estagiando) utilizando abordagens inclusivas, para promover o engajamento ativo dos alunos e colocando-os em situações reais de tomadas de decisões pedagógicas.</p>
------------------------------	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Desenvolvimento de habilidades práticas	<p>Por meio de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades práticas, importantes para atuação dos alunos no campo educacional inclusivo.</p> <p>Pode ocorrer por meio da adaptação de materiais para alunos atípicos. Esta seria uma simulação (ou não) de situações práticas que desenvolvem habilidades práticas nos alunos do curso.</p>
Promoção do pensamento crítico	<p>Por meio do incentivo ao pensamento crítico – desafiar os alunos a questionar e analisar diferentes perspectivas e abordagens para a educação inclusiva e motricidade; além de promover debates sobre políticas educacionais que promovam o pensamento crítico dos alunos.</p>

Acessibilidade nos processos avaliativos

Para prover a acessibilidade nos processos avaliativos, priorizam-se os aspectos qualitativos que indicam as intervenções pedagógicas do professor, alinhados com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96. Conforme estabelecido no Art.24, inciso V, da LDBEN, a verificação do rendimento escolar deve seguir o critério da avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno. Nesse contexto, destaca-se a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Esse princípio é aplicado de forma universal a todos os alunos, independentemente de possuírem ou não deficiências.

Diante desse entendimento, o princípio da inclusão orienta o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que os professores, ao realizarem avaliações, adaptem-nas conforme as necessidades educacionais especiais dos estudantes. Para os alunos considerados público-alvo da educação inclusiva, os docentes podem empregar diversas estratégias adaptativas, como dilatação de tempo de avaliação, apresentações em dupla ou equipes, provas orais, individualizadas, sinalizadas, ampliadas, em Braile, em Libras, com o uso de tecnologias assistivas, e a presença de profissionais de apoio ou intérpretes de Libras em sala, entre outras.

Portanto, ao adaptar avaliações ou estratégias didáticas, o objetivo é garantir a igualdade



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR**

de oportunidades, reconhecendo que todos os alunos são capazes de aprender, independentemente de suas limitações e especificidades. O respeito à individualidade e ao tempo de cada aluno é um princípio fundamental para uma educação inclusiva.

Distribuição de pontos:

Cada disciplina deverá dispor de dois momentos de avaliação da aprendizagem, com atividades definidas a critério do professor e uma avaliação ou trabalho final. Os dois primeiros momentos devem versar, respectivamente, sobre a primeira e segunda metade do conteúdo abordado na disciplina. A avaliação ou trabalho final deve abranger todo o conteúdo abordado.

Aprovação; reprovação; exame especial:

Para ser aprovado o aluno deverá obter, no mínimo, nota 6,0 (seis) na soma das avaliações.

Caso não seja aprovado, o aluno poderá realizar um exame especial, no valor de 10 pontos. Para ser aprovado, o aluno deverá obter no mínimo 6,0 (seis).

Caso não seja aprovado no exame especial o aluno terá direito a repetir o exame, em no mínimo 30 dias corridos e no máximo 60 dias corridos, a critério do professor da disciplina. Para ser aprovado nesta segunda oportunidade, o aluno deverá obter no mínimo a nota 6,0 (seis). Se, ainda assim não for aprovado, ele será desligado do curso.

O período de avaliações e exames especiais será previsto no calendário acadêmico.

AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

A avaliação interna ocorre por meio de instrumentos elaborados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA e a Pró-reitoria de Graduação, aplica e elabora relatórios dos dados e realiza análise crítica dos resultados. Segundo a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar instrumentos de avaliação *in loco* e formato avaliativo do ENADE para os cursos de formação de professores, no presente caso, de segunda licenciatura. Cabe ainda ao INEP/ MEC realizar o reconhecimento do curso.

A avaliação interna na UFOP é realizada por meio de questionários aplicados aos professores e estudantes, para avaliação das disciplinas do curso, em relação aos aspectos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

didáticos, tais como metodologia de ensino e avaliação. O curso de segunda licenciatura: educação especial inclusiva será avaliado semestralmente pelo instrumento de avaliação interna da UFOP, quando haverá produção e publicação dos dados e análises realizadas pela instituição (Núcleo de Apoio Pedagógico da Pró-reitoria de Graduação - NAP/ PROGRAD) . Outro instrumento de avaliação interna é a pesquisa de egressos, que busca avaliar o curso em suas dimensões relacionadas com o ensino, pesquisa, extensão, além de investigar aspectos relacionados com a aplicabilidade do curso na vida profissional dos graduados.

Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas

A Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação da UFOP é uma ferramenta de avaliação interna dos cursos da UFOP, realizada por meio de sistema de avaliação e acompanhamento semestral das disciplinas. Essa pesquisa é respondida por discentes e docentes e é um importante instrumento de análise da prática docente, por meio do qual o NAP oferece aos docentes e gestores um diagnóstico do ensino desenvolvido na UFOP.

A participação dos discentes e docentes nas pesquisas é facultativa, mas está em processo de aprovação a realização da pesquisa de maneira obrigatória, ainda que seja possível o estudante declarar que não deseja preencher o documento, no momento de ajuste de matrícula. Os relatórios destas pesquisas são realizados individualmente para cada componente curricular e divulgados semestralmente.

Sobre os discentes, para cada componente curricular, são avaliados, pelo docente, aspectos como:

- Comprometimento e frequência às aulas;
- Base teórica para o componente curricular cursado;
- Participação nas aulas;
- Nível de aprendizagem
- Comprometimento extraclasse;
- Iniciativa dos alunos em procurar o professor para esclarecimento de dúvidas fora do horário;
- Interesse dos discentes para discutir os resultados das avaliações;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Adicionalmente, o docente avalia sobre a carga horária da disciplina, para cumprimento do programa, as metodologias utilizadas no desenvolvimento da disciplina e os instrumentos de avaliação utilizados.

Sobre os docentes, para cada componente curricular, são avaliados, pelos discentes, aspectos como:

- Comparecimento às aulas;
- Cumprimento do horário das aulas;
- Cumprimento do programa da disciplina;
- Clareza na apresentação dos conteúdos;
- Uso de metodologias que facilitem o aprendizado;
- Domínio do conteúdo;
- Coerência entre o nível de exigência nas avaliações e o conteúdo ministrado;
- Incentivo à participação dos alunos durante as aulas;
- Disponibilidade do professor para atender o aluno fora do horário das aulas.

A partir dos dados dessa pesquisa, a coordenação do curso, junto ao corpo docente, poderão debater e criar estratégias gerais ou pontuais para melhoria da oferta do curso.

APOIO AOS DISCENTES

Acompanhamento Acadêmico Institucional

O apoio acadêmico aos discentes da graduação da UFOP é conferido a partir de diferentes programas e ações desenvolvidas pela PROGRAD. Esses programas e ações visam apoiar academicamente os estudantes, promovendo ações que contribuam para o fortalecimento e ampliação da formação acadêmica.

Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil da UFOP se concretiza por meio de programas e ações voltadas à inclusão e permanência do estudante em todos os seus campi e tem por objetivos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

- Viabilizar atenção de cunho psicossocial e socioeducativo que visem à integração do estudante à vida universitária;
- Proporcionar ao estudante de baixa renda condições de acesso e permanência na universidade e oferecer uma formação de qualidade técnico-científica, humana e cidadã;
- Promover a redução de evasão e de retenção escolar, principalmente quando determinadas por fatores socioeconômicos;
- Primar pelo respeito aos padrões técnicos, pela eficiência e celeridade nas execuções e avaliações;
- Zelar pela transparência na utilização dos recursos e critérios de atendimento;
- Equalizar oportunidades para os estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis.

A estão relacionadas às Políticas de Assistência Estudantil em vigor da UFOP:

Cotas do edital :

além de todas as ações já oferecidas aos discente regulares da UFOP, o edital o qual se destina este projeto oferecerá 1 (uma) cota mensal, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, no valor de R\$700,00 (setecentos reais). A concessão das bolsas fica condicionada ao fornecimento periódico de informações pelas IES, conforme prazos a serem informados pela CAPES.

INFRAESTRUTURA contrapartida

Na Escola de Educação Física, Unidade Acadêmica responsável pela oferta do Curso de Educação Especial Inclusiva existe: bloco de salas de aulas, biblioteca, salas de professores, laboratórios de ensino, um ginásio poliesportivo, duas quadras poliesportivas cobertas, uma quadra *society*, um ginásio de ginásticas, uma sala de danças, uma piscina semiolímpica (que está sem condições de funcionamento), um campo de futebol, duas quadras de areia (precárias), sala de colegiado, sala de reuniões, almoxarifado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

É importante ressaltar, que nem toda a infraestrutura da Escola fornece acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio de ensino a igualdade de condições para acesso e permanência. Citando nesta condição os banheiros, vestiários e todo o segundo andar do ginásio poliesportivo, além das salas do segundo pavimento do ginásio de ginásticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carência de profissionais especializados em Educação Especial e principalmente com o olhar para os atípicos reforça a contribuição que este curso traz para a região. O aumento dos diagnósticos de neuroatípicos dentro das escolas fornece território para estudos, publicações, mas exige formação o que esta turma única de segunda licenciatura terá a oportunidade de alcançar e entregar a sociedade processos educacionais com mais equidade.

Este Projeto Pedagógico do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva é fruto do trabalho coletivo e colaborativo entre docentes e técnicos administrativos. Tem como propósito relatar as finalidades, concepções, diretrizes e perfil do aluno egresso, visando atender as necessidades educacionais dessa comunidade acadêmica, para a formação de professores para atuarem em ambientes escolares e não escolares, atendendo as exigências pedagógicas advindas das mudanças dos tempos. Buscando assim contribuir para a gestão democrática do ensino público e para a autonomia da universidade.

Finalmente, ressalta-se que, enquanto documento norteador, ele não é estanque. Dessa maneira, a periodicidade de avaliação desse documento estará em consonância com as legislações vigentes, com alterações de diretrizes e demais normativas educacionais e a partir da avaliação periódica, realizada pela coordenação do curso em relação a sua oferta. A avaliação contínua permitirá fazer os ajustes necessários e planejar novas ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Propostas curriculares em questão: saberes e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

docentes e trajetórias da educação. In: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica. (BRASIL, 2001). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP, nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Imprensa Nacional. Diário Oficial da União, n. 28, 10/02/2020, Seção 1, P 87-90, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/02/2020&jornal=515&pagina=87&totalArquivos=189> Acesso em: 27 nov, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior [recurso eletrônico]. Microdados do Censo da Educação Superior de 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2022.zip Acesso em: 23 nov, 2023.

_____. Censo Escolar [RECURSO ELETRÔNICO]. Microdados do Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: https://download.inep.gov.br/dados_abertos/microdados_censo_escolar_2022.zip . Acesso em: 23 nov, 2023.

_____. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados e Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, março, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/ SEESP, 2001. 79 p. Disponível



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em: 27 nov, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.364 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 23 nov, 2023.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: Imprensa Nacional. Diário Oficial da União n. 72, 15/04/2004. Seção 1, P. 3-4. 2004. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/04/2004&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=160> . Acesso em: 23 nov, 2023.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da medida provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2008. Brasília: Imprensa Nacional. Diário Oficial da União n. 187, 26/09/2008. Seção 1, p. 3. 2008. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=26/09/2008> . Acesso em: 23 nov, 2023.

_____. Lei 14.723 de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Imprensa Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, n. 216, 14/11/2023, Seção 1, P. 5, 2023. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=5&data=14/11/2023> Acesso em: 23 nov, 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Brasil. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Brasília, 10 de março de 2008.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em 30 de julho de 2022.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Parfor Equidade. Edital n.º 23/2023. Seleção de propostas de oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE. [recurso eletrônico]. 2023. 21p. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/22092023_Edital_2239591_SEI_2232888_Edital_Conjunto_23_2023.pdf Acesso em: 23 nov, 2023.

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Parecer CONAES nº 4 de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6884&Itemid= Acesso em: 23 nov. 2023.

UFOP. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto 2016-2025 [recurso eletrônico]. Ouro Preto, 2016. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/institucional/pdi-ufop-2016-2025> . Acesso em 18 mai, 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação Básica e ensino superior: projeto-político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.